



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLEIAS DE GOVERNADORES

CIDADE DO PANAMÁ, PANAMÁ

AB-2927
CII/AB-1346
16 março 2013
Original: espanhol

Declaração do Governador da Costa Rica, em nome de Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua

Edgar Ayales Esna

1. Em nome dos Governos de Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, desejo apresentar nosso mais sincero agradecimento ao povo e ao Governo do Panamá pelas calorosas boas-vindas e generosa hospitalidade com que nos receberam como anfitriões da Reunião Anual das Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos em 2013.
2. Nós nos reunimos nesta ocasião em um momento em que a economia mundial continua enfrentando as sequelas da crise financeira de 2008 e a recuperação das principais economias do mundo continua sendo incerta. Neste contexto internacional, os países da América Central e Belize enfrentam hoje o desafio de trilhar um caminho de desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. Por isso, estamos certos de que o Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento está chamado a aprofundar seu compromisso com a região, atendendo de maneira ágil e oportuna aos desafios que esta tarefa lhe impõe.
3. O primeiro deles consiste em fortalecer a capacidade de resposta do Banco às necessidades dos países mutuários e seu papel anticíclico por meio de instrumentos inovadores que permitam canalizar recursos para a região da melhor maneira. Até agora as iniciativas apresentadas em termos de novos instrumentos para enfrentar emergências econômicas e desastres naturais, embora louváveis, representam esforços isolados com claras limitações em alcance e capacidade financeira, motivo pelo qual consideramos necessária uma discussão estratégica deste tema. Neste sentido, observamos que está pendente a aprovação das medidas operacionais para implementar o Mecanismo de Emergência do Fundo para Operações Especiais (FOE) que visa a atender a essas mesmas necessidades nos países mais vulneráveis da região. Além disso, é necessário garantir a disponibilidade de recursos dos países do FOE até 2020, conforme estabelecido

nos compromissos do Nono Aumento de Capital, reconhecendo os avanços significativos que estes países conseguiram em matéria de desempenho de carteira.

4. Um segundo desafio diz respeito ao desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e de esquemas diferentes e inovadores que permitam a nossos países fazer um uso mais eficaz dos escassos recursos financeiros do Banco. Neste sentido, consideramos que é o momento de dispensar atenção especial a mecanismos diferentes que permitam agilizar os desembolsos, conseguindo assim uma maior eficiência na execução de projetos e um melhor desempenho das carteiras de empréstimos com o BID.

5. Outra área em que o BID desempenha um papel fundamental é o fortalecimento de um setor privado que promova um crescimento mais equitativo e inclusivo. A promoção da pequena e média empresa na região é fundamental para a geração de empregos e crescimento econômico. Além disso, a promoção de esquemas de parcerias público-privadas é necessária se a região deseja fazer frente às necessidades de infraestrutura em nossos países e o BID é a instituição-chave para acompanhar-nos na formação dessas parcerias e na negociação com os participantes privados.

6. Por isso, concordamos em que este é o momento oportuno para iniciar uma discussão profunda que permita fortalecer a maneira como o BID promove o desenvolvimento de nossos países por meio do setor privado. Ao longo dos anos, os países centro-americanos e Belize apoiaram consistentemente os esforços do BID no sentido de ampliar suas operações com o setor privado. Uma estratégia mais eficaz e de maior impacto com o setor privado requer considerar um leque mais amplo e inovador de instrumentos técnicos e financeiros que permitam atender às necessidades desse setor, bem como agilizar os processos de preparação de operações e reduzir o custo de negociar com o BID. Instamos a Diretoria Executiva e a Administração a aprofundar uma proposta de reforma e apresentar-nos um relatório no terceiro trimestre deste ano.

7. Damos ênfase especial aos esforços do Fumin no sentido de apoiar a microempresa, promovendo experimentos que possam ser ampliados por outras unidades do Grupo do BID e que, portanto, consideramos importante preservar e fortalecer. A avaliação do Fumin II conta uma história de êxito que deve ser sustentável no tempo. Por isso, fazemos um apelo a iniciar as discussões da estratégia do Fumin para os próximos anos e de uma reposição com novos recursos que garanta a continuidade da iniciativa e seu trabalho.

8. No tocante a um tema fundamental de agenda desta reunião, lemos com muito interesse as conclusões da avaliação realizada pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) para cada uma dessas reformas promovidas com base na negociação e aprovação do Nono Aumento do Capital Ordinário. Reconhecemos o trabalho da Administração do Banco cujas equipes tornaram possível a implementação dessa ambiciosa agenda de reformas. Além disso, agradecemos ao OVE o trabalho realizado, o qual não se limitou a uma simples verificação de cumprimento, mas em cada um dos temas houve uma análise profunda da eficácia das reformas, apresentando-nos assim uma série de temas que deverão ser revistos e que definirão a agenda de trabalho do Banco no futuro.

9. Uma das grandes áreas de trabalho deve ser a revisão da maneira como o processo de diálogo com os países é incorporado aos documentos de estratégia e programação, de

forma que sejam mais relevantes e de maior utilidade para o Banco, especialmente para os países mutuários. Neste sentido, os exercícios de programação devem incluir de maneira mais abrangente as atividades de cooperação técnica e devem refletir melhor os esforços que o Banco envia em seu trabalho com o setor privado em nossos países, bem como as agendas de cada país. Este esforço de revisão do papel das estratégias de país e exercícios de programação deve estar orientado a recuperar o foco das atividades do Banco nos países.

10. Um segundo tema é o do Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI). Reiteramos nosso compromisso com um mecanismo independente que de forma transparente, eficiente e eficaz assegure o cumprimento das políticas operacionais do Banco nos projetos que financia na região. No entanto, tanto a avaliação do OVE como o relatório do Auditor Interno expressam de maneira muito clara que em sua forma atual o MICI enfrenta sérios desafios que impedem o cumprimento de seus objetivos. Ante o exposto, devemos acatar a recomendação do OVE no sentido de revisar a política, estrutura e funções do mecanismo a fim de abordar as lacunas e os problemas de governança identificados. Apoiamos as medidas temporárias promovidas pela Diretoria Executiva e fazemos um apelo a avançar de maneira ágil e pronta em uma proposta alternativa ao sistema atual.

11. Por último, e não por isto menos importante, fazemos referência ao exercício de Análise da Sustentabilidade Macroeconômica (MSA), uma das áreas que requer maior atenção da Diretoria Executiva, da Alta Administração e, em última instância, de nós, os Governadores. O BID é um parceiro fundamental para o desenvolvimento de países pequenos como os nossos, fato pelo qual estamos comprometidos com a solvência e o fortalecimento financeiro da instituição. Não obstante, devemos reconhecer que a MSA não é o mecanismo apropriado para este fim e que já existe o requisito de Avaliações Macroeconômicas Independentes (IMA) para a aprovação de operações de rápido desembolso. Há também um histórico de pagamento dos países mutuários ao longo de 60 anos de trabalho com o Banco que deve ajudá-lo a avaliar o risco em matéria de inadimplência de pagamentos do país em questão. Portanto, considerando os questionamentos do OVE sobre a viabilidade, utilidade e validade do exercício de MSA, consideramos conveniente seguir o caminho proposto pela Diretoria Executiva para abordar o relatório do OVE e revisar o mandato sobre este tema. Estamos à espera de uma proposta que elimine os exercícios de MSA.

12. Em síntese, os temas discutidos nesta reunião representam desafios importantes para consolidar um Banco Interamericano de Desenvolvimento mais forte e próximo aos países mutuários. Tanto nós, Governadores, como nossos representantes na Diretoria Executiva estaremos acompanhando de perto os avanços deste processo.